

**4**

**PROCESSO CIVIL MODERNO**

**JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA**

**FÁBIO CALDAS DE ARAÚJO**

**FERNANDO FONSECA GAJARDONI**

# **PROCEDIMENTOS CAUTELARES E ESPECIAIS**

- Ações coletivas
- Ações constitucionais
- Jurisdição voluntária
- Antecipação dos efeitos da tutela
- Juizados Especiais Cíveis, Federais e da Fazenda Pública

**5.<sup>a</sup> edição**

revista, atualizada e ampliada

**THOMSON REUTERS**

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA

FÁBIO CALDAS DE ARAÚJO

FERNANDO DA FONSECA GAJARDONI

## PROCEDIMENTOS CAUTELARES E ESPECIAIS

- Ações coletivas • Ações constitucionais • Jurisdição voluntária
- Antecipação dos efeitos da tutela • Juizados Especiais Cíveis, Federais e da Fazenda Pública

5.<sup>a</sup> edição revista, atualizada e ampliada

1.<sup>a</sup> edição: 2009; 2.<sup>a</sup> edição: 2010; 3.<sup>a</sup> edição: 2012; 4.<sup>a</sup> edição: 2013.



Este livro também pode ser  
adquirido na versão eBook.  
visite: [livrariart.com.br](http://livrariart.com.br)

© desta edição [2014]

**EDITORIA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**

MARISA HARMS

*Diretora responsável*

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

**CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT**

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800.702.2433

e-mail de atendimento ao consumidor

[sac@rt.com.br](mailto:sac@rt.com.br)

Visite nosso site: [www.rt.com.br](http://www.rt.com.br)

Impresso no Brasil [03-2014]

Universitário (texto)

Fechamento desta edição [13-03-2014]



ISBN 978-85-203-5150-5

1000155

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	5
Apresentação da coleção .....	7
Nota à 5. <sup>a</sup> edição.....	9

### Introdução

1. Objetivo deste estudo.....	39
2. As transformações do direito processual civil, o processo cautelar e outras tutelas de urgência.....	40
3. Importância dos procedimentos especiais e evolução do direito material.....	41
4. Plano e divisão do trabalho .....	42

### PRIMEIRA PARTE – TUTELAS DE URGÊNCIA. PERFIS GERAIS

**José Miguel Garcia Medina**  
**Fernando da Fonseca Gajardoni**

#### 1

### Fundamentos, estrutura e função das tutelas de urgência

1.1 Raiz constitucional das tutelas de urgência.....	43
1.2 Tutelas de urgência típicas e atípicas. Caráter exemplificativo das tutelas de urgência típicas .....	45
1.3 Modalidades de tutelas de urgência. Visão geral.....	46
1.4 Diferenças existentes entre as modalidades de tutelas de urgência .....	48
1.4.1 Tutela cautelar e antecipação dos efeitos da tutela .....	48
<i>Quadro sinóptico 1</i> .....	50
1.4.2 Tutelas de urgência satisfativas autônomas.....	50

1.5	Semelhanças entre tutela cautelar e antecipação dos efeitos da tutela. É relevante a distinção? .....	51
1.6	Fungibilidade entre antecipação dos efeitos da tutela e tutela cautelar ...	53
1.6.1	A regra do § 7.º do art. 273 do CPC .....	53
1.6.2	Fungibilidade “de mão dupla” .....	54
1.7	Unificação procedimental entre ação cautelar (incidental e <i>ante causam</i> ) e ação “principal” .....	55

## 2

### Antecipação dos efeitos da tutela (tutela satisfativa provisional)

2.1	Antecipação dos efeitos da tutela e outras tutelas de urgência .....	57
2.2	A antecipação dos efeitos da tutela nem sempre é tutela de urgência .....	58
2.3	Antecipação dos efeitos da tutela e julgamento antecipado parcial da lide .....	59
2.4	Requisitos .....	60
2.4.1	Existência de prova inequívoca e verossimilhança da alegação .....	60
2.4.2	Antecipação dos efeitos da tutela, em caso de fundado receio de dano grave ou de difícil reparação (art. 273, I, do CPC) .....	60
2.4.3	Antecipação dos efeitos da tutela em razão de abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 273, II, do CPC) .....	61
2.4.4	Reversibilidade dos efeitos antecipados (art. 273, § 2.º, do CPC). <i>Periculum in mora</i> inverso e princípio da proporcionalidade .....	61
2.5	Efetivação da liminar (art. 273, § 3.º) .....	64
2.6	Revogação ou modificação da decisão que antecipa efeitos da tutela (art. 273, § 4.º). Ausência de preclusão para o juiz .....	65

## 3

### Tutelas de urgência satisfativas autônomas (medidas “cautelares satisfativas”)

3.1	As medidas “cautelares satisfativas”. Impropriedade da expressão .....	66
3.2	Tutelas de urgência satisfativas autônomas. Conceito .....	68

3.3	Ausência de regulamentação expressa e aplicação supletiva dos procedimentos previstos para outras modalidades de tutelas de urgência.....	70
3.4	Ultratividade da tutela satisfativa autônoma e desnecessidade de ajuizamento de outra ação (“principal”) .....	71
3.5	Estabilidade da decisão e inexistência de coisa julgada .....	72
3.6	Inexistência de ônus no ajuizamento de ação voltada à obtenção de pronunciamento judicial fundado em cognição exauriente. Iniciativa que pode ser tomada por qualquer das partes .....	74

## 4

## Tutela cautelar

4.1	Tutela e processo cautelar .....	76
4.1.1	A tutela cautelar frente às outras modalidades de tutela jurisdicional.....	76
4.1.2	Finalidade da tutela cautelar .....	77
4.1.3	Ação, processo, medida e liminar cautelar .....	78
4.1.4	Algumas classificações.....	81
4.1.4.1	Nominadas (ou típicas) e inominadas (ou atípicas)...	81
4.1.4.2	Antecedentes e incidentais.....	82
4.1.4.3	Constritivas e não constritivas.....	82
	<i>Quadro sinóptico 2</i> .....	83
4.1.5	Tutela cautelar concedida incidentalmente, independente de processo cautelar autônomo e sincretismo processual.....	84
4.2	Tutela cautelar “satisfativa” ou “ultratativa”. Ausência de instrumentalidade (ou instrumentalidade atenuada).....	84
4.3	Características da tutela cautelar.....	86
4.3.1	Autonomia do processo cautelar instaurado <i>ante causam</i> . Possibilidade de concessão de tutela cautelar incidental, em processo de outra natureza .....	86
4.3.2	Acessoriedade.....	88
4.3.3	Dupla instrumentalidade .....	88
4.3.4	Urgência.....	89
4.3.5	Sumariedade da cognição.....	89

4.3.6	Inexistência de coisa julgada, em regra .....	90
4.3.7	Provisoriedade ou precariedade .....	92
4.3.8	Revogabilidade e mutabilidade .....	92
4.3.9	Fungibilidade entre cautelares .....	93
4.3.9.1	Regra geral .....	93
4.3.9.2	Possibilidade de substituição da cautelar por caução (art. 805 do CPC) .....	94
4.3.9.3	Fungibilidade e o princípio da <i>mihi factum, dabo tibi ius</i> .....	95
4.4	Poder geral de cautela .....	95
4.4.1	Atipicidade das medidas cautelares. Fundamento constitu- cional .....	95
4.4.2	Poder geral de cautela e medidas cautelares típicas ou nomina- das .....	97
4.4.3	Medidas cautelares <i>ex officio</i> .....	99
4.4.4	Fungibilidade da tutela cautelar .....	100
4.4.5	Concessão da tutela cautelar por órgão jurisdicional incompé- tente .....	100
4.4.6	Limitações ao poder geral de cautela .....	101
4.5	Pressupostos, condições da ação e mérito do processo cautelar .....	102
4.5.1	Generalidades .....	102
4.5.2	<i>Fumus boni iuris</i> .....	103
4.5.3	<i>Periculum in mora</i> .....	103
4.5.4	<i>Periculum in mora</i> inverso .....	104

## SEGUNDA PARTE – PROCEDIMENTOS CAUTELARES

José Miguel Garcia Medina  
Fernando da Fonseca Gajardoni

### 5

#### Considerações introdutórias

5.1	Procedimentos cautelares comum e especiais, e ações cautelares típicas (ou nominadas), com e sem procedimento próprio .....	105
-----	--	-----

5.2	Âmbito de aplicação dos arts. 796 a 811 do CPC aos procedimentos das ações cautelares nominadas ou típicas.....	106
5.3	Procedimentos impropriamente cautelares (ou falsos procedimentos cautelares): ações satisfativas e procedimentos de jurisdição voluntária indevidamente arrolados entre os procedimentos cautelares típicos.....	107
5.4	Sujeição do procedimento cautelar (Livro III) ao Livro I do Código de Processo Civil.....	107

## 6

### Procedimento cautelar comum (Livro III, Capítulo I do CPC)

6.1	Aspectos gerais .....	110
6.2	Competência .....	110
6.2.1	Regra geral .....	110
6.2.2	Concessão de liminar por juízo incompetente e <i>translatio iudicii</i> .....	112
6.2.3	Prevenção para a ação principal e medidas meramente conservativas de direito.....	112
6.2.4	Competência na fase recursal .....	113
6.2.5	Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e competência para algumas medidas cautelares .....	115
6.3	Petição inicial.....	117
6.4	Participação do Ministério Público .....	120
6.5	Intervenção de terceiros.....	121
6.6	Liminar.....	122
6.6.1	Requisitos.....	122
6.6.2	Liminar <i>inaudita altera pars</i> .....	123
6.6.3	Audiência de justificação prévia .....	124
6.6.4	Necessidade de prestação de caução (contracautela) .....	124
6.6.5	Necessidade de motivação da decisão que defere ou não a liminar .....	125
6.6.6	Modificação e revogação .....	125

6.6.7 Limites à concessão de liminar cautelar .....	126
6.6.8 Recurso cabível.....	127
6.6.9 Pedido de suspensão (art. 4.º da Lei 8.437/1992) .....	127
6.7 Citação .....	128
6.8 Resposta do réu .....	129
6.8.1 Prazo .....	129
6.8.2 Contestação.....	129
6.8.3 Exceções.....	130
6.8.4 Reconvenção .....	131
6.9 Revelia .....	131
6.10 Providências preliminares .....	131
6.11 Instrução.....	132
6.12 Sentença .....	132
6.13 Apelação .....	133
6.14 Reexame necessário (art. 475 do CPC) .....	134
6.15 Sucumbência .....	134
6.16 Coisa julgada material .....	136
6.17 Efetivação das medidas cautelares .....	137
6.18 Do ajuizamento da ação principal nas cautelares <i>ante causam</i> .....	138
6.18.1 Regra geral .....	138
6.18.2 Termo inicial: deferimento, efetivação da medida ou ciência do requerente? .....	139
6.18.3 Efetivação parcial da cautelar .....	140
6.18.4 Sentido da expressão “propor a ação” .....	141
6.18.5 Exceção de incompetência não suspende o prazo do art. 806 do CPC.....	141
6.18.6 Não incidência do prazo, quando houver impedimento legal ao ajuizamento da ação principal .....	141
6.18.7 Não incidência do prazo, em relação a cautelares não restritivas de direitos.....	142



6.18.8	Não incidência do prazo em relação às “cautelares satisfativas”	142
6.18.9	Causas relativas a direito de família.....	143
6.18.10	A não propositura da ação principal leva à extinção da ação cautelar.....	143
6.19	Duração e eficácia das cautelares (CPC, art. 808).....	144
6.20	Procedimento cautelar e férias ou recessos forenses .....	145
6.21	Responsabilidade civil do requerente da cautela .....	145
	<i>Fluxograma 1</i> .....	148

## 7

**Procedimentos específicos do Livro III,  
Capítulo II do Código de Processo Civil  
(ações cautelares nominadas e outros  
procedimentos, de natureza diversa)**

7.1	Considerações introdutórias .....	151
7.1.1	Natureza dos procedimentos específicos previstos no Livro III, Capítulo II do Código de Processo Civil .....	151
7.1.2	Utilidade das cautelares nominadas ou típicas, no processo civil moderno. Caráter exemplificativo das cautelares nominadas e de suas hipóteses de cabimento .....	152
7.2	Arresto (arts. 813 a 821 do CPC).....	155
7.2.1	Arresto cautelar e execução por quantia em dinheiro .....	155
7.2.2	Possibilidade de penhora de bem distinto do arrestado .....	155
7.2.3	Distinção entre arresto cautelar (CPC, art. 813 ss.) e arresto executivo (CPC, art. 653).....	156
7.2.4	Requisitos para a concessão do arresto cautelar.....	156
7.2.4.1	<i>Periculum in mora</i> e <i>fumus boni iuris</i> . Não exaustividade das situações referidas nos arts. 813 e 814 do CPC.....	156
7.2.4.2	Prova literal da dívida líquida e certa ( <i>fumus boni iuris</i> ).....	157
7.2.4.3	Prova documental ou justificação de algum dos casos mencionados no art. 813 do CPC ( <i>periculum in mora</i> ) .....	158

7.2.5	Procedimento.....	158
7.2.5.1	Aspectos gerais.....	158
7.2.5.2	Aplicação supletiva das regras referentes à penhora ..	160
7.2.6	A medida cautelar fiscal (Lei 8.397/1992) e suas particularidades.....	161
7.2.6.1	Semelhanças e diferenças, em relação ao arresto cautelar previsto no Código de Processo Civil .....	161
7.2.6.2	Requisitos e peculiaridades procedimentais .....	162
7.2.7	A indisponibilidade de bens do art. 7.º da Lei 8.429/1992.....	165
7.3	Sequestro (arts. 822 a 825 do CPC) .....	168
7.3.1	Sequestro e execução para a entrega de coisa .....	168
7.3.2	Semelhanças e diferenças entre sequestro e arresto. A aplicação supletiva das regras relativas ao arresto ao sequestro .....	168
7.3.3	Sequestro e arrolamento.....	169
7.3.4	Requisitos .....	169
7.3.4.1	Caráter exemplificativo das hipóteses previstas no art. 822 do CPC.....	169
7.3.4.2	Demonstração do <i>fumus boni iuris</i> e do <i>periculum in mora</i> .....	169
7.3.5	Aspectos procedimentais.....	171
7.4	Caução (arts. 826 a 838 do CPC).....	171
7.4.1	Caução cautelar e caução satisfativa .....	171
7.4.2	Finalidade do procedimento previsto nos arts. 826 ss. do CPC e objeto da caução .....	173
7.4.3	Ação para a prestação de caução e contracautela (art. 804 do CPC). Distinção .....	173
7.4.4	Caução às custas ( <i>cautio judicatum solvi</i> ).....	173
7.4.5	Requisitos .....	174
7.4.6	Procedimento da caução cautelar .....	174
7.4.7	Procedimento da ação para a prestação de caução. Incidência do art. 461 do CPC.....	175
7.4.8	Reforço de caução .....	176

7.5	Busca e apreensão (arts. 839 a 843 do CPC) .....	177
7.5.1	Natureza: cautelar, satisfativa ou ato executivo incidental .....	177
7.5.2	Distinção entre busca e apreensão, arresto e sequestro .....	178
7.5.3	Aspectos procedimentais.....	178
7.6	Exibição (arts. 844 e 845 do CPC).....	179
7.6.1	Finalidade da exibição.....	179
7.6.2	Distinção entre exibição e figuras afins .....	179
7.6.3	Exibição como mero incidente processual.....	180
7.6.4	Exibição como ação cautelar antecedente.....	180
7.6.5	Exibição como ação satisfativa .....	181
7.7	Produção antecipada de provas (arts. 846 a 851 do CPC) .....	182
7.7.1	Objeto.....	182
7.7.2	Distinção entre produção antecipada de prova e justificação....	183
7.7.3	Produção de provas antecipada ou incidental.....	183
7.7.4	Requisitos.....	184
7.7.5	Procedimento .....	185
7.8	Alimentos provisionais (arts. 852 a 854 do CPC) .....	187
7.8.1	Conceito e abrangência .....	187
7.8.2	Distinção entre alimentos provisionais e provisórios. Requisitos exigidos, em cada uma das hipóteses .....	188
7.8.3	Alimentos gravídicos (Lei 11.804/2008).....	189
7.8.4	Natureza da ação referida nos arts. 852 ss. do CPC .....	190
7.8.5	Aspectos procedimentais.....	190
7.9	Arrolamento de bens (arts. 855 a 860 do CPC) .....	192
7.9.1	Finalidade e natureza .....	192
7.9.2	Distinção entre arrolamento cautelar e sucessório (CPC, arts. 1.031 ss.).....	193
7.9.3	Requisitos .....	193
7.9.4	Procedimento.....	194

7.10	Justificação (arts. 861 a 866 do CPC).....	195
7.10.1	Natureza: procedimento de jurisdição voluntária .....	195
7.10.2	Finalidade .....	195
7.10.3	Distinção entre justificação e audiência de justificação.....	196
7.10.4	Algumas peculiaridades procedimentais.....	197
7.11	Protestos, notificações e interpelações (arts. 867 a 873 do CPC) .....	199
7.11.1	Finalidade e natureza: procedimentos de jurisdição voluntária, como regra .....	199
7.11.2	Distinção entre protesto, notificação e interpelação .....	200
7.11.3	Procedimento .....	201
7.11.4	Protesto contra a alienação de bens.....	202
7.11.4.1	Procedimento de jurisdição contenciosa, não voluntária .....	202
7.11.4.2	Meios de comunicação e admissibilidade de averbação do protesto no registro de imóveis .....	203
7.11.4.3	Efeitos do protesto.....	204
7.11.4.4	Outros aspectos procedimentais.....	204
7.12	Homologação do penhor legal (arts. 874 a 876 do CPC).....	205
7.12.1	Penhor legal .....	205
7.12.2	Finalidade da homologação.....	206
7.12.3	Natureza.....	206
7.12.4	Institutos afins: semelhanças e diferenças.....	207
7.12.5	Procedimento .....	207
7.13	Posse em nome do nascituro (arts. 877 e 878 do CPC).....	209
7.13.1	Natureza e finalidade .....	209
7.13.2	Peculiaridades procedimentais .....	210
7.14	Atentado (arts. 879 a 881 do CPC).....	211
7.14.1	Finalidade .....	211
7.14.2	Natureza.....	212

7.14.3	Medidas de apoio que podem ser tomadas <i>incidenter tantum</i> e desnecessidade do instituto .....	213
7.14.4	Cabimento .....	213
7.14.5	Legitimidade.....	215
7.14.6	Competência.....	215
7.14.7	Admissibilidade de concessão de liminar .....	215
7.14.8	Formação e desenvolvimento do procedimento. Incidência do art. 461 do CPC.....	216
7.15	Protesto e apreensão de títulos (arts. 882 a 887 do CPC).....	217
7.15.1	Protesto extrajudicial e sua sustação ou cancelamento por ordem judicial.....	217
7.15.2	Da apreensão de títulos .....	218
7.16	Outras medidas provisionais (arts. 888 e 889 do CPC).....	219
7.16.1	Natureza das medidas previstas no art. 888 do CPC .....	219
7.16.2	Obras de conservação em coisa litigiosa ou judicialmente apreendida (art. 888, I, do CPC) .....	220
7.16.3	Entrega de bens de uso pessoal do cônjuge e dos filhos (art. 888, II, do CPC).....	221
7.16.4	Posse provisória dos filhos, nos casos de separação judicial ou anulação de casamento, e guarda e educação dos filhos, com regulamentação do direito de visitas (art. 888, III e VII, do CPC) .....	221
7.16.5	Afastamento de menor autorizado a contrair casamento (art. 888, IV, do CPC).....*	223
7.16.6	Depósito de menores ou incapazes castigados imoderadamente ou induzidos à prática de atos contrários à lei e à moral (art. 888, V, do CPC).....	224
7.16.7	Afastamento temporário de um dos cônjuges da morada do casal (art. 888, VI, do CPC).....	226
7.16.7.1	Modalidades de separação de corpos.....	226
7.16.7.2	Tutela cautelar ou antecipação dos efeitos da tutela? Incidência do princípio da fungibilidade.....	227
7.16.7.3	Não incidência do prazo referido no art. 806 do CPC.....	227

7.16.7.4 Outros aspectos procedimentais .....	228
7.16.8 Interdição ou demolição de prédio (art. 888, VIII, do CPC) ...	228
<i>Fluxograma 2</i> .....	230
<i>Fluxograma 3</i> .....	230

### TERCEIRA PARTE – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

**José Miguel Garcia Medina**  
**Fábio Caldas de Araújo**

#### 8

#### Aspectos gerais

8.1 Procedimentos comum e especiais .....	233
8.2 Importância dos procedimentos especiais .....	233
8.3 Procedimentos especiais, flexibilização e atipicidade dos procedimentos	234
8.4 Outros procedimentos especiais previstos no Código de Processo Civil (além dos referidos no Livro IV) .....	236

#### 9

#### Ação de consignação em pagamento

9.1 Considerações gerais .....	237
9.2 Consignação extrajudicial e ação de consignação em pagamento .....	238
9.3 Objeto da ação de consignação .....	238
9.4 Discussão acerca da <i>res debita</i> na ação de consignação em pagamento....	239
9.5 Ação de consignação no direito tributário .....	240
9.6 Pressupostos da consignação .....	241
9.6.1 <i>Mora accipiens</i> : recusa injustificada do credor .....	241
9.6.2 <i>Incognitio</i> : dúvida objetiva sobre quem seja o credor .....	241
9.7 Procedimento da consignação extrajudicial em pagamento .....	242
9.8 Procedimento da ação de consignação em pagamento .....	243
9.8.1 Opção do autor .....	243

9.8.2 Condições da ação de consignação.....	244
9.8.3 Competência.....	245
9.8.4 Requisitos da petição inicial.....	246
9.8.5 Consignação de prestações periódicas.....	246
9.8.6 Princípio da concentração ( <i>ius variandi</i> ).....	247
9.8.7 Resposta do réu.....	247
9.8.8 <i>Actio duplex</i> e <i>emendatio morae</i> .....	247
9.8.9 Sentença.....	249
<i>Fluxograma 4</i> .....	250

## 10

### Ação de depósito

10.1 Considerações preliminares.....	251
10.2 Depósito e ação de depósito.....	251
10.3 Procedimento da ação de depósito.....	255
10.3.1 Condições da ação.....	255
10.3.2 Prova literal do depósito, como requisito da petição inicial.....	256
10.3.3 O pedido de tutela específica.....	257
10.3.4 Defesa do réu.....	258
10.4 Sobre a constitucionalidade da prisão civil na ação de depósito e a Súmula Vinculante 25 do STF.....	259
10.5 Sentença.....	263

## 11

### Ação de anulação e substituição de títulos ao portador

11.1 A tutela dos títulos ao portador.....	265
11.2 Espécies de títulos ao portador.....	266
11.3 Pretensões protegidas pelo Código de Processo Civil.....	266
11.4 A boa-fé e os títulos ao portador.....	267

11.5	Aspectos procedimentais da ação.....	267
11.5.1	Competência.....	267
11.5.2	Ajuizamento da ação e citação do réu .....	267
11.5.3	Defesa do réu .....	269
11.5.4	Sentença.....	269
11.6	Ação de extravio parcial – O art. 912 do CPC .....	269

## 12

### Ação de prestação de contas

12.1	A necessidade de confrontação das contas.....	271
12.2	Legitimidade para a pretensão de exigir contas .....	272
12.3	Legitimidade para a pretensão de oferecer as contas .....	273
12.4	Condições de admissibilidade para a ação de prestação .....	273
12.5	Procedimento da ação de prestação de contas.....	275
12.5.1	Petição inicial.....	275
12.5.2	O sistema bifásico da ação de exigir contas .....	275
12.5.3	Possíveis atitudes do réu.....	276
12.5.3.1	Apresentação das contas.....	276
12.5.3.2	Apresentação de contas e de contestação .....	276
12.5.3.3	Contestação .....	277
12.5.4	Sentença na primeira fase. Natureza jurídica .....	278
12.5.5	Cumprimento da sentença .....	279
12.5.6	Segunda fase na ação de exigir as contas .....	280
12.5.7	Resultado do julgamento – Verbas de sucumbência .....	280
12.6	Ação de prestar contas .....	280
12.7	Procedimento da ação de prestar contas .....	281
12.8	Prestação de contas vinculada a processo judicial.....	282



## 13

## Ações possessórias

13.1	Considerações introdutórias .....	283
13.2	Objeto das ações possessórias: <i>stricto sensu</i> e <i>lato sensu</i> .....	284
13.3	<i>Ius possessionis</i> e <i>ius possidendi</i> .....	285
13.4	A confluência do direito material e processual. A posse perante o Código Civil de 2002 .....	285
13.5	Espécies de ações possessórias .....	286
13.6	A fungibilidade e as ações possessórias .....	288
13.7	Condições da ação possessória .....	288
13.8	A cumulação de pedidos no juízo possessório .....	289
13.9	O art. 921, I, do CPC. As perdas e danos .....	290
13.10	O pedido de cominação de pena para a cessação da ameaça, turbção ou esbulho .....	291
13.11	A cominação de pena .....	291
13.12	O pedido de demolição de construção ou eliminação de plantações .....	291
13.13	<i>A exceptio domini</i> e a Súmula 487 do STF .....	292
13.14	A concessão de liminar .....	293
13.15	Defesa do réu. Possibilidade do pedido contraposto .....	295
13.16	Especialidade do procedimento .....	296
13.17	Sentença possessória e execução .....	296

## 14

## Ação de nunciação de obra nova

14.1	Ação de nunciação e limitação ao exercício da propriedade .....	298
14.2	Ação de nunciação: real ou pessoal? .....	299
14.3	A confluência do direito material. A redação atual do art. 1.302 do Código Civil .....	300
14.4	Direitos de vizinhança e obrigação <i>propter rem</i> .....	302
14.5	Direito de construir e função social da propriedade .....	303

14.6	O conceito de “obra nova” .....	304
14.7	A contiguidade da obra nova .....	304
14.8	Legitimidade ativa e passiva .....	305
14.9	O interesse de agir na ação de nunciação .....	306
14.10	Embargo extrajudicial .....	307
14.11	Propositura da ação e cumulação de pedidos .....	307
14.12	Concessão da liminar: o embargo da obra nova .....	308
14.13	Instrução processual .....	309
14.14	Caução .....	309
14.15	Sentença .....	309

## 15

### Ação de usucapião

15.1	A formação do título dominial através da usucapião .....	311
15.2	Ação de usucapião e aquisição de direitos reais .....	312
15.3	A usucapião como modo de aquisição da propriedade .....	312
15.4	Natureza jurídica da ação de usucapião .....	313
15.5	Ação e exceção de usucapião .....	314
15.6	Condições da ação de usucapião .....	314
15.7	Situações especiais de <i>legitimatío ad causam</i> : espólio, condômino, com-possuidor, pessoas jurídicas (associação e entidade coletiva) .....	315
15.8	Procedimento da usucapião de bem imóvel .....	316
15.8.1	A petição inicial .....	316
15.8.2	Integração do cônjuge .....	317
15.8.3	Formação do contraditório. Citações e intimações .....	317
15.8.4	Citação do proprietário e do possuidor .....	318
15.8.5	Citação e intimação da Fazenda Pública .....	318
15.8.6	Citação dos confinantes e terceiros .....	319
15.8.7	Julgamento antecipado e audiência de instrução .....	320

15.8.8 Intervenção do Ministério Público.....	320
15.8.9 A sentença na ação de usucapião.....	320

## 16

### Ação de divisão e demarcação de terras particulares

16.1 Pretensão de demarcação e divisão .....	322
16.2 A finalidade da ação de demarcação e divisão. Prejudicialidade.....	322
16.3 Condições para a ação de divisão e demarcação.....	323
16.4 Condição de procedibilidade específica: divisão cômoda da <i>res</i> .....	324
16.5 Competência .....	324
16.6 Posição dos confinantes no juízo divisório após a demarcação.....	324
16.7 Procedimento das ações divisórias .....	325
16.8 Natureza bifásica do procedimento.....	325

## 17

### Inventário e arrolamento

17.1 A ação de inventário (art. 982 do CPC) e a Resolução 35/2007 do CNJ	326
17.2 Modalidades de inventário .....	327
17.2.1 Inventário positivo (ativo > passivo).....	327
17.2.2 Inventário negativo (ativo < passivo).....	327
17.3 Ação de sobrepartilha e de sonegados.....	328
17.4 Facultatividade e extinção da via judicial .....	328
17.5 O inventário pela via judicial. Abertura da sucessão .....	328
17.6 Âmbito de cognição no inventário e arrolamento.....	329
17.7 Procedimento do inventário .....	329
17.8 O arrolamento sumário.....	331
17.9 O arrolamento extrajudicial por escritura pública.....	331
17.10 O alvará judicial.....	332
17.10.1 Generalidades .....	332

17.10.2 Alvará judicial incidental.....	332
17.10.3 Alvará autônomo.....	333

## 18

### Embargos de terceiro

18.1 Natureza jurídica .....	334
18.2 “Quem, não sendo parte no processo”: a figura do terceiro .....	334
18.3 O terceiro e o devedor <i>ultra titulum</i> .....	335
18.4 O terceiro e as Súmulas 84, 303 e 308 do STJ .....	336
18.5 A parte equiparada ao terceiro (art. 1.046, § 2.º do CPC).....	337
18.6 O art. 1.046, § 3.º do CPC. Os embargos do cônjuge, a Súmula 134 do STJ e o art. 655-B do CPC .....	338
18.7 Credor com garantia real .....	339
18.8 Prazo para a oposição dos embargos.....	339
18.9 Objeto dos embargos de terceiro .....	339
18.10 Procedimento .....	340
18.10.1 Limitação da cognição judicial.....	340
18.10.2 Petição de embargos e citação .....	341
18.10.3 Liminar .....	341
18.10.4 Suspensão do processo principal .....	341
18.10.5 Competência .....	341
18.10.6 Defesa do embargado.....*	342
18.10.7 Sentença e coisa julgada .....	343

## 19

### Habilitação

19.1 Habilitação e sucessão <i>causa mortis</i> .....	344
19.2 O regime da sucessão processual <i>causa mortis</i> .....	345
19.2.1 Comunicação formal do óbito.....	345
19.2.2 Suspensão do processo .....	345

19.2.3	Legitimidade para o pedido de habilitação .....	346
19.3	Procedimento da ação de habilitação .....	346
19.4	Habilitação em fase recursal .....	347
19.5	Habilitação <i>ope legis</i> dos adquirentes e cessionários .....	347
19.6	Competência .....	348
19.7	Habilitação consensual ou direta .....	348
19.8	Sentença de habilitação .....	348

## 20

### Restauração de autos

20.1	Nova realidade: processo eletrônico .....	349
20.2	Legitimidade <i>ad causam</i> .....	349
20.3	Autos suplementares: cópia digital.....	350
20.4	Procedimento da restauração .....	351
20.5	Competência para restauração de autos .....	352
20.6	Sanções pela perda ou extravio .....	353
20.7	Repetição de provas .....	353

## 21

### Vendas a crédito com reserva de domínio

21.1	A tutela jurisdicional do crédito na aquisição de bens móveis .....	355
21.2	Proteção do terceiro de boa-fé .....	356
21.3	A previsão do art. 1.070 do CPC .....*	357
21.4	A execução do contrato pelo art. 1.071 do CPC.....	357

## 22

### Juízo arbitral e Lei 9.307/1996

22.1	Considerações gerais.....	360
22.2	Âmbito de incidência da arbitragem.....	360
22.3	Convenção de arbitragem .....	361
22.4	O árbitro.....	362

22.5	Procedimento da arbitragem.....	362
22.6	Sentença arbitral.....	362

## 23

### Ação monitória

23.1	Estrutura do procedimento monitório .....	364
23.2	O documento no procedimento monitório.....	365
23.2.1	Natureza do documento.....	365
23.2.2	Peculiaridades da prova documental: forma escrita .....	366
23.2.3	Identificação precisa da <i>res</i> e do <i>quantum debeatur</i> .....	366
23.2.4	Documento unilateral e bilateral.....	366
23.3	Procedimento .....	367
23.3.1	Petição inicial.....	367
23.3.2	Oposição de embargos monitórios.....	368
23.3.3	Competência.....	369
23.3.4	Citação e Súmula 282 do STJ.....	370
23.3.5	Expedição do mandado.....	370
23.3.6	Cumprimento do mandado de pagamento ou entrega.....	371
23.3.7	Sentença.....	371
23.4	Monitória no Juizado Especial .....	372
23.5	Monitória contra a Fazenda Pública.....	372

## QUARTA PARTE – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

José Miguel Garcia Medina  
Fábio Caldas de Araújo

## 24

### Jurisdição voluntária: princípios gerais e procedimentos em espécie

24.1	Jurisdição contenciosa e voluntária. Distinção .....	373
24.2	Migração dos procedimentos de jurisdição voluntária .....	374

24.3	Normas gerais aplicáveis ao procedimento de jurisdição voluntária.....	375
24.3.1	Considerações introdutórias.....	375
24.3.2	Legitimidade para o procedimento .....	375
24.3.3	Formação do contraditório e produção de provas.....	375
24.3.4	Sentença.....	376
24.4	Procedimentos de jurisdição voluntária em espécie .....	376
24.4.1	Alienações judiciais .....	376
24.4.2	Separação consensual. A Lei 11.441/2007 e a Emenda 66/2010.....	377
24.4.3	Dos testamentos e codicilos .....	378
24.4.4	Herança jacente.....	379
24.4.5	Bens dos ausentes.....	379
24.4.6	Coisas vagas .....	380
24.4.7	Curatela de interditos .....	381
24.4.8	Fundações: organização e fiscalização .....	382
24.4.9	Especialização da hipoteca legal.....	383
24.5	Outros procedimentos de jurisdição voluntária .....	384

## QUINTA PARTE – AÇÕES COLETIVAS

José Miguel Garcia Medina  
Fábio Caldas de Araújo

### 25

#### Teoria geral das ações coletivas

25.1	Transformações no sistema jurídico.....	385
25.2	O “afloramento” dos interesses coletivos .....	386
25.3	A dicotomia: Direito Público/Privado .....	388
25.4	A tutela jurisdicional coletiva e as diversas classes de interesses.....	389
25.4.1	Aspectos gerais.....	389
25.4.2	Interesse individual .....	390

25.4.3	Interesses individuais plúrimos .....	390
25.4.4	Interesses individuais homogêneos.....	392
25.4.5	A <i>Rule 23</i> e a importância das <i>class actions</i> para a tutela das <i>small and modest claims</i> .....	392
25.4.6	Interesse coletivo.....	394
25.4.7	Interesses difusos.....	395
25.5	Legitimação nas ações coletivas .....	396
25.5.1	Generalidades .....	396
25.5.2	Legitimação extraordinária nas ações coletivas .....	397
25.5.3	Legitimação extraordinária passiva ( <i>defendant class action</i> ) .....	401
25.6	Coisa julgada nas ações coletivas .....	401
25.6.1	Regime geral da coisa julgada, nas ações coletivas.....	401
25.6.2	Limitação territorial dos efeitos da sentença coletiva .....	403
25.6.3	Litispêndência e suspensão (a requerimento ou <i>ex officio</i> ) das ações ajuizadas individualmente, em razão da existência de ação coletiva .....	404

## 26

### Ação civil pública

26.1	Objeto da ação civil pública.....	408
26.2	A competência para a Lei de Ação Civil Pública.....	410
26.3	Tutelas preventiva (“inibitória”) e ressarcitória.....	410
26.4	Tutela de urgência na ação civil pública .....	414
26.5	Legitimidade para ação civil pública.....	415
26.6	Sentença .....	416
26.7	Eficácia da sentença e coisa julgada .....	418
26.8	Cumprimento da sentença.....	419

## 27

### Ação popular

27.1	Objeto da ação popular.....	420
27.2	A lesão e a ilegalidade do ato.....	421



27.3	Ação popular e ação civil pública por improbidade.....	421
27.4	Notas sobre a legitimidade <i>ad causam</i> e <i>ad processum</i> na ação popular .....	422
27.5	A legitimação subsidiária do Ministério Público .....	423
27.6	A legitimidade do cidadão menor de 18 anos e a ilegitimidade da pessoa jurídica.....	423
27.7	Legitimação passiva.....	423
27.8	Legitimação bifronte da pessoa jurídica de direito público.....	424
27.9	Competência .....	424
27.10	A concessão da liminar .....	425
27.11	Recursos contra a liminar .....	426
27.12	Procedimento .....	427
27.13	Petição inicial.....	427
27.14	Citação .....	428
27.15	Resposta do réu .....	429
27.16	Sentença e o regime da coisa julgada .....	430
27.17	Sentença de procedência.....	430
27.18	Sentença de improcedência. Isenção de despesas e coisa julgada .....	431
27.19	Sentença processual .....	432
27.20	Recursos .....	433
27.21	Reexame necessário na ação popular e Súmula 405 do STF.....	433
27.22	Cumprimento da sentença.....	434

## 28

### Ação de improbidade administrativa

28.1	Considerações iniciais.....	436
28.2	Improbidade administrativa.....	437
28.3	A caracterização do ato de improbidade.....	438
28.4	O agente público que comete ato de improbidade.....	438
28.5	A improbidade e o princípio da tipicidade .....	440
28.6	Procedimento da ação de improbidade.....	442

28.7	A tutela de urgência na ação de improbidade .....	442
28.8	A fungibilidade e a urgência .....	443
28.9	Proporcionalidade na concessão do provimento cautelar .....	444
28.10	Petição inicial.....	445
28.11	Contraditório preliminar: condição de admissibilidade .....	446
28.12	Notificação e interrupção da prescrição .....	446
28.13	Competência .....	447
28.14	Deslocamento por prerrogativa de foro. Impossibilidade.....	448
28.15	Condições da ação .....	449
28.15.1	Legitimidade <i>ad causam</i> .....	449
28.15.2	Pessoa jurídica lesada .....	449
28.15.3	Litisconsórcio e assistência ao Ministério Público .....	450
28.15.4	Ministério Público .....	451
28.16	Audiência de conciliação e instrução .....	451
28.17	Sentença na ação de improbidade.....	452
28.18	Aplicação das sanções do art. 12 da Lei 8.429/1992. Regra de ponderação .....	453
28.19	Execução da sentença .....	454
28.20	Prescrição da pretensão na ação de improbidade .....	454
28.21	Interrupção e imprescritibilidade do ressarcimento .....	454

## Sexta Parte – Ações Constitucionais

José Miguel Garcia Medina  
Fábio Caldas de Araújo

### 29

#### Ações constitucionais. Noções gerais

29.1	O controle jurisdicional misto da Constituição Federal brasileira .....	457
29.2	Controle repressivo concentrado e difuso .....	458
29.3	A transcendência da eficácia <i>erga omnes</i> para o controle difuso.....	459

29.4	Controle concentrado de constitucionalidade.....	459
29.5	Ações constitucionais examinadas no presente trabalho .....	460

### 30

#### Ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade

30.1	Finalidade da ação direta de inconstitucionalidade (por ação ou omis- são) .....	461
30.2	Procedimento da ação direta de inconstitucionalidade .....	464
30.2.1	A Lei 9.868/1999 e as alterações da Lei 12.063/2009 .....	464
30.2.2	Interesse na propositura da ação direta de inconstitucionalida- de .....	464
30.2.3	Pertinência temática.....	466
30.2.4	Legitimidade.....	466
30.2.5	Fase inicial da ação direta de inconstitucionalidade .....	468
30.2.6	A participação de terceiros e do <i>amicus curiae</i> .....	469
30.2.7	Informações e concessão de tutela de urgência no controle con- centrado .....	470
30.2.8	Eficácia da liminar e julgamento definitivo em regime de ur- gência .....	472
30.3	A sentença na ação direta de inconstitucionalidade e seus efeitos.....	472
30.4	A ação declaratória de constitucionalidade e seu procedimento .....	475

### 31 \*

#### Arguição de descumprimento de preceito fundamental

31.1	Noções gerais .....	477
31.2	Legitimidade .....	478
31.3	Procedimento da ADPF.....	478
31.4	Poderes do relator e princípio da subsidiariedade .....	479
31.5	Concessão de liminar na ADPF .....	480
31.6	Decisão final na ADPF e modulação de efeitos.....	480

## 32

**Mandado de segurança**

32.1	Modalidades de mandado de segurança: preventivo e repressivo .....	482
32.2	Mandado de segurança coletivo .....	483
32.3	Condições da ação .....	484
32.3.1	Possibilidade jurídica .....	484
32.3.2	Legitimidade .....	486
32.3.3	A legitimidade passiva e a encampação .....	486
32.3.4	Legitimidade ativa .....	487
32.3.5	Interesse de agir – Direito líquido e certo .....	487
32.4	Competência .....	488
32.5	A liminar no <i>mandamus</i> .....	488
32.6	A peça de defesa: informações da autoridade coatora .....	489
32.7	Ministério Público .....	490
32.8	Sentença no mandado de segurança. Extinção pelo fato consumado .....	491
32.9	A opção pela via ordinária e a coisa julgada .....	491
32.10	Despesas e honorários advocatícios .....	492
32.11	Recursos e sucedâneos: agravo e a suspensão .....	492
32.12	Execução no mandado de segurança .....	493

**SÉTIMA PARTE – JUIZADOS ESPECIAIS****José Miguel Garcia Medina****Fábio Caldas de Araújo**

## 33

**Juizados Especiais. Noções gerais**

33.1	A origem dos Juizados Especiais .....	495
33.2	Juizados Especiais: procedimento especial ou comum sumaríssimo? .....	496
33.3	Recentes transformações dos Juizados Especiais .....	496

## 34

**Juizados Especiais Cíveis (Lei 9.099/1995)**

34.1	Os Juizados Especiais Cíveis e a Lei 9.099/1995 .....	498
34.2	Princípios informativos dos Juizados .....	499
34.3	Competência .....	500
34.3.1	Regra geral .....	500
34.3.2	Foro competente .....	501
34.3.3	Incompetência absoluta .....	502
34.4	Partes .....	502
34.4.1	Pessoas que podem ser parte .....	502
34.4.2	Capacidade postulatória .....	503
34.4.3	Litisconsórcio e intervenção de terceiros .....	503
34.5	O procedimento no Juizado Especial e o desenvolvimento dos atos processuais .....	504
34.5.1	Visão geral do procedimento .....	504
34.5.2	A petição inicial .....	504
34.5.3	Citação e intimação .....	504
34.5.4	Audiências de conciliação e instrução .....	505
34.5.5	Produção de provas .....	505
34.5.6	Resposta do réu e pedido contraposto .....	506
34.5.7	Sentença .....	506
34.5.8	Recursos .....	507
34.5.9	Execução no Juizado .....	508
34.5.10	Despesas processuais .....	508
34.5.11	Acordo extrajudicial e ação rescisória .....	509

## 35

**Juizados Especiais Cíveis  
da Justiça Federal (Lei 10.259/2001)**

35.1	Instituição dos Juizados Especiais Federais .....	510
35.2	Aplicação subsidiária da Lei 9.099/1995 .....	510

35.3	Competência no Juizado Federal.....	511
35.4	Partes.....	512
35.4.1	Legitimação das partes.....	512
35.4.2	Capacidade postulatória.....	512
35.5	Tutela de urgência .....	513
35.6	O procedimento do Juizado Federal.....	513
35.6.1	Aspectos gerais.....	513
35.6.2	O pedido.....	514
35.6.3	Resposta do réu.....	515
35.6.4	Audiência de conciliação e instrução.....	515
35.6.5	Produção de prova técnica.....	515
35.6.6	Sentença.....	515
35.6.7	Execução.....	516
35.6.8	Recursos.....	516

## 36

**Juizados Especiais da Fazenda Pública  
(Lei 12.153/2009)**

36.1	Surgimento dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	518
36.2	Competência .....	519
36.3	Partes.....	520
36.3.1	Legitimidade das partes .....	520
36.3.2	Litisconsórcio ativo.....	520
36.4	Tutela de urgência .....	521
36.5	Procedimento no Juizado da Fazenda Pública.....	521
36.5.1	Princípios gerais.....	521
36.5.2	Cumprimento da sentença.....	522
36.5.3	Recursos.....	523
	Bibliografia.....	525
	Índice Alfabético-Remissivo .....	539
	Outras Obras dos Autores.....	543